

## A FORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ENTRE 1934 E 1968 E O CURSO DE GEOGRAFIA<sup>1</sup>

**William de Sousa POIATO<sup>2</sup>**

Graduando em Geografia/IFSP-Campus São Paulo

### RESUMO

O presente artigo visa elucidar o contexto de formação da Universidade de São Paulo a luz dos eventos políticos e sociais de seu período, além disso, analisa-se a institucionalização da geografia enquanto disciplina na universidade e seus objetivos. Ampara-se na metodologia da historiografia utilizando-se de sua metodologia. Conclui que a geografia surge junto da universidade enquanto um projeto político de modernização autoritária voltada a uma pequena clientela de classe média com objetivo de construir uma narrativa para o bairrismo paulista.

**Palavras-chave:** História do pensamento geográfico. Universidade de São Paulo. Geografia.

### Introdução

Visamos, neste artigo, a elucidar o contexto de formação da Universidade de São Paulo à luz dos eventos políticos e sociais de seu período; além disso, analisamos a respeito da institucionalização da geografia enquanto disciplina na universidade e seus objetivos. Para tal, remontamos aos conturbados anos 1930 e o novo projeto militar de país que surge com o varguismo, assim como a oposição paulista por sua elite perder espaço no poder central.

Desta oposição nasce a necessidade de um “centro de pensamento”, visto que, no limiar da ação, São Paulo foi derrotada em 1932. Seguindo este rastro, abre-se a janela de oportunidade para a fundação da universidade de São Paulo e a ‘missão francesa’ se coloca à disposição no Brasil para montar os cursos de humanidades. Neste aspecto, destacamos a formação da Universidade de São Paulo e da Faculdade de

---

<sup>1</sup> O presente artigo é resultado – e parte – da iniciação científica realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) a partir de uma bolsa de iniciação científica institucional (PIBIFSP), sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Bomfim.

<sup>2</sup> Endereço eletrônico: williamspoiato@gmail.com

Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), em 1934. Neste contexto, então, inicia-se a formação do pensamento geográfico paulista.

Durante a redemocratização parcial assistida em 1945 se observa também a formação da primeira leva de mestres e doutores em geografia na Universidade de São Paulo, assim como o fortalecimento da instituição. No ano de 1964, a ditadura militar causa um grande golpe à intelectualidade nacional, tendo sido sentido pela Universidade de São Paulo, especialmente na FFCL. Além disso, a reforma de 1968 vem transformar a estrutura universitária, o que por sua vez transforma o modelo de mestrados e de doutoramento. Nosso recorte, para este artigo, se estabelece neste perímetro, por termos acesso a um determinado nicho do pensamento geográfico neste período de formação.

Assim, organizamos nosso projeto sob as bases teóricas da historiografia, utilizando de sua metodologia e tendo como objetivo perceber o processo de institucionalização da geografia enquanto disciplina.

### **A formação da Universidade de São Paulo e a questão política: o curso de geografia**

Para compreendermos a formação da universidade de São Paulo, sem dúvidas, temos de passar pelo momento histórico que compreende a sua formação e as motivações políticas para a sua fundação.

Devemos compreender que surgem determinados fatores a partir de 1890 até a década de 1930; se o poder agrário estava nas mãos das repúblicas, o poder industrial da nascente FIESP surge nas mãos varguistas<sup>3</sup>, as tecnologias estavam disponíveis pela melhora tecnológica no mercado mundial que barateou máquinas manufactureiras, além do quase exclusivismo paulista nesta industrialização incipiente, foram estes fatores suficientemente organizativos para esta virada na produção.

Fausto (2006) nos descreve este processo de transição – assim como a figura de Vargas. Não existiram anos tranquilos na década de 1920<sup>4</sup>. Em 1924, acontece o levante tenentista de São Paulo enquanto Luís Carlos Prestes e Siqueira Campos iniciam

---

<sup>3</sup>\* FIESP é criada em junho de 1931.

<sup>\*\*</sup>Vale lembrar que a elite agrária paulista e parte da FIESP foram oposição constante ao varguismo, apoiando o constitucionalismo em 1932, por exemplo.

<sup>4</sup> Vale destacar a fundação do Partido Comunista Brasileiro em março de 1922.

também um levante; ao se encontrarem estes movimentos, ficam conhecidos como Coluna Prestes que se dispersa em 1927, porém com alguma capacidade de enfraquecer a república.

O autor nos lembra que, em 1929, as incertezas dentro da cúpula do poder da *República do Café com Leite* (representada por São Paulo e Minas Gerais) abre possibilidades para a formação de um novo movimento, a *Aliança Liberal*, que tem como candidato Getúlio Vargas em oposição a Júlio Prestes. Em 1930, as eleições acontecem e Prestes é eleito, iria tomar posse em 1931 – no mesmo ano, Carlos Prestes rompe com os tenentes e se declara comunista. Simultaneamente, João Pessoa (vice da oposição derrotada) é assassinado, movimento em falso, pois do Rio Grande do Sul e do Nordeste os tenentes se levantam, conseguindo reunir forças em praticamente todos os Estados, depondo Washington Luís e colocando a cúpula militar no poder, que decide pelo nome de Getúlio Vargas, a dita ‘revolução’ acontece em 1930.

Em 1931, diversas marcas do governo ditatorial de Getúlio Vargas se mostram; o Ministério de Trabalho é criado, a tomada pelo Estado (compra) dos estoques de café invendáveis, com intervenção direta contra a expansão da produção, o que abre espaço para a produção de algodão e para a industrialização, além de diversas medidas modernizantes como a reforma da educação (médio e superior), a centralização do poder (seguindo a tendência mundial), bem como medidas polêmicas como a suspensão do pagamento da dívida pública até 1934.

Devemos taxar o contraditório, o constitucionalismo de 1932, que parece ser expressão do que conforma a fundação da universidade de São Paulo, derrotado, abre no imaginário paulista a necessidade de criar um ‘*centro de pensamento*’, conforme um ‘núcleo pensante’ da elite paulista. Neste jogo contraditório entre o Estado novo e sua oposição, surge a Universidade de São Paulo.

Antônio Candido (1984) fez um texto sobre a cultura na década de 1930, as transformações culturais ocorridas a partir deste novo Estado de ânimo (e de fato) instaurado a partir de 1930. Sem perder de vista que a cultura é um artigo para uma pequena elite nacional, o autor aponta um salto nos anos 1920 e 1930 com catalizadores da cultura nacional, um movimento de integração cultural e de radicalização que a época se propunha, “como um catalizador” (CANDIDO, 1984). Candido, ao analisar as estruturas culturais, chama atenção para o projeto de modernidade, tendo como ícone a

Semana de Arte Moderna, mas também às diversas publicações do período sobre a “questão brasileira” (CANDIDO, 1984, p. 5). Ele aponta, apoiado nas ideias de Luiz Lafetá, que o salto das décadas de 1920 para 1930 significou o salto da modernidade enquanto projeto estético para a modernidade enquanto projeto ideológico.

Para salientar esta visão, Candido dá diversos exemplos e se atenta em poucas páginas sobre a educação. Ele nos mostra que o movimento *Escola Nova* tem êxito em ampliar a educação base, aponta que 40% dos jovens estavam na escola em São Paulo, mas que é a Universidade de São Paulo, em 1934, que modifica o quadro universitário brasileiro:

E a situação se tornou mais favorável no ensino superior, onde a criação das universidades (a partir da de São Paulo em 1934) alterou o esquema tradicional das elites. A prática anterior de criar faculdades isoladas fazia com que cada uma adquirisse importância equivalente ao papel dos seus graduados na vida política e administrativa do país, onde os diplomas de bacharel em direito, doutor em medicina e engenheiro conferiam uma espécie de nobreza funcional na sociedade de mentalidade ainda meio estamental, empurrando para baixo a arraia miúda das outras escolas superiores. No decênio de 1920 foram fundadas algumas universidades nominais, isto é, que apenas davam um nome novo à justaposição de unidades preexistentes. As que se fundaram no decênio de 1930 estabeleceram um padrão inédito, pela ideia orgânica que pressupunham e que dependia das novas faculdades de filosofia. Equipadas para a pesquisa nas ciências físicas, naturais e humanas, estas tiraram um pouco da aura “científica” das grandes escolas profissionais e dignificaram as “pequenas” (farmácia, odontologia, agronomia, veterinária), atuando como elemento aglutinador. Esboçou-se então um “sistema”, onde as partes deveriam funcionar em vista do todo, com atenuação das hierarquias e ampliação dos grupos de elite com formação superior. (CANDIDO, 1984, p. 4)

Candido nos mostra que a fundação da Universidade de São Paulo tem o papel de ampliar, dentro da elite abastada, a alcunha de elite pensante. A formação de uma elite pensante dentro dos limites paulistas, que abrangesse a sua classe média e sua elite. A Universidade permitiu este projeto, criando um polo de construção de uma visão do ‘ser paulistano’, trazendo o projeto de modernidade para uma escala geográfica de nível estadual.

Nesta esteira, podemos ver os apontamentos que Melo (1998) nos traz sobre o contexto de fundação da USP, como ele mesmo elucida.

Foi criada em 25 de janeiro de 1934, num contexto marcado por importantes transformações sociais e políticas de um Estado pujante, com urbanização acelerada e grandes impulsos industrializantes. A ideia de sua criação vinha sendo acalentada desde o final do século passado por Júlio de Mesquita Filho, do Jornal *O Estado de São Paulo*. Materializou-se por decisão de Armando de Salles Oliveira, interventor federal, um jovem engenheiro de ideias modernizadoras, que reuniu várias escolas de ensino superior, públicas e particulares. Pelo decreto que a constituiu, incorporaram-se a ela cinco escolas já existentes. As escolas englobadas foram as seguintes. Faculdade de Direito. Fundada em 1828, a mais antiga; Escola Politécnica, de 1894; Escola de Farmácia e Odontologia, de 1899; Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, de 1901; Faculdade de Medicina, de 1913, e finalmente, ao mesmo tempo em que se criava a USP, criava-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, à qual caberia a missão de integrar o conhecimento humanístico e científico da nova universidade. Por isso, desde logo se introduziria em sua estrutura uma série de áreas das ciências humanas, exatas e biológicas que depois se transformariam em unidades autônomas. (MELO, 1998, p. 70)

### **Contexto social**

A Universidade de São Paulo é fruto das tensões entre esse núcleo central e institutos isolados, as elites da época e as classes médias emergentes, o Estado Novo e a resistência redemocratizadora, os padrões culturais de pesquisadores estrangeiros trazidos para seus quadros e os da comunidade docente e discente de então (MELO, 1998).

Melo nos diz que a junção dos cursos em um único espaço acontece somente em 1938, em uma gleba de terra que iria se tornar a ‘cidade universitária’, no bairro do Butatã, recebendo os cursos em seguida, porém a reitoria somente em 1961. O autor levanta que a grande área da universidade (74 milhões de m<sup>2</sup>, com mais de 1,3 milhões de m<sup>2</sup> construídos) cria um espaço propício de afastamento onde a universidade pode iniciar a construção de propostas e posturas autônomas, as que só viriam a ser construídas, de fato, após a reforma ditatorial de 1968.

Na época, era senso entre os intelectuais que toda universidade deveria começar por um núcleo de filosofia e dele derivariam os demais cursos na universidade, pois no núcleo da ciência se encontrava a filosofia, com esta mentalidade é formada a estrutura da Universidade de São Paulo.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), criada em 1934, para compor a nova Universidade de São Paulo, sediou, até 1968, o ensino e a pesquisa em diferentes áreas. Seus cursos, de acordo com o primeiro relatório institucional da faculdade, eram divididos em três seções (SILVA E DANTE, 2015, p. 4).

As três seções eram ‘Filosofia’, ‘Ciências’ e ‘Letras’; a Faculdade de Geografia enquadrava-se no setor de ‘ciências’ e era unificada com a história, como veremos abaixo:

TABELA 1

Seções e subseções.  
Fonte: FFLCH-USP. ANUÁRIOS da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo. Vol. 1934-1935. Reimpressão. São Paulo: FFLCH-USP, 2009.

Seções e Subseções		
1ª. Seção	Filosofia	Filosofia
2ª. Seção	Ciências	1ª. Subseção Ciências Matemáticas
		2ª. Subseção Ciências Físicas
		3ª. Subseção Ciências Químicas
		4ª. Subseção Ciências Naturais
		5ª. Subseção Geografia e História
		6ª. Subseção Ciências Sociais e Políticas
3ª. Seção	Letras	1ª. Subseção Letras Clássicas e Português
		2ª. Subseção Línguas Estrangeiras

1. Anuário FFCL, 1934-1935.

(SILVA & DANTE, 2015:05)

FIGURA 1

Foram trazidos pensadores da Europa para preencher as cátedras da universidade; para a geografia, os franceses Pierre Deffontaines e no ano seguinte Pierre Monbeig, que formariam as primeiras turmas da universidade, porém os primeiros mestres e doutores formados, a fim de consolidar o curso na universidade estiveram imersos em uma redemocratização latente (ainda muito autoritária) e um realinhamento ideológico-cultural.

Após um longo período de transformações políticas da “*modernização autoritária*” (FAUSTO, 2006), além da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, a queda do fascismo e do nazismo, inaugura-se a guerra fria em nível global e o alinhamento do Brasil com as políticas norte-americanas, cessando definitivamente (apesar da tendência já vir desde o início da Era Vargas e o pagamento da dívida) a influência inglesa no território brasileiro e firmando a posição norte-americana que traz a abertura política ao Brasil.

Segundo Fausto (2006), a Segunda República se estabelece em 1945, com a saída de Vargas do poder e a posse de Dutra, que destituiu Vargas em um golpe militar

sofrido pelo líder nacional, após postergar a abertura democrática, inclusive com a forte repressão de movimentos estudantis pró-democratização. A volta dos pracinhas da guerra e a indiferença dos programas governamentais criam um racha militar com o governante, o que leva o exército a destituí-lo e chamar eleições – além da formação da União Democrática Nacional (UDN), berço da organização da extrema direita do Brasil em oposição aos acordos de comércio com a URSS, ensaiados pelo Brasil.

Nas eleições, como já dissemos, Dutra vence até “voltar nos braços do povo” (FAUSTO, 2006) em 1951, quando Vargas vence as eleições e retoma o poder até seu suicídio em 1954. Um atentado à oposição – Fausto não deixa claro se Getúlio foi o mandante, mas o atentado foi realizado por membros de sua guarda pessoal, que matou um militar e causou a oposição dos militares, levando Vargas ao suicídio contra a segunda deposição. A sua saída do Catete para entrar na história!

A democracia só se reorganiza com a eleição de Juscelino Kubitschek que inaugura Brasília, abre o Brasil para o capital internacional e abre um novo período econômico, marcado pela vinda das multinacionais ao Brasil.

Durante a redemocratização, formaram-se, na estrutura de cátedras na Universidade de São Paulo, 16 mestres e doutores dentro deste regime de formação da Universidade de São Paulo, como caráter diferente do que se veria durante o regime militar. Esta estrutura foi criada junto com a formação da universidade em 1934, mas foi reorganizada em 1941:

No decreto de criação da USP já havia indicação de realização de pesquisa entre os objetivos da universidade, porém sua organização mais detalhada seria pelo Decreto Estadual n. 12.038 de 01/07/1941, que aprovava o Regulamento da FFCL, no qual diploma e título de doutor eram regulamentados. Esse decreto tornou obrigatória a realização dos doutoramentos pelos assistentes contratados, que teriam a partir dali prazo de dois a três anos, com a obrigatoriedade de frequência em duas disciplinas específicas, para obterem seus títulos. Aqueles que já fossem catedráticos receberiam automaticamente o título de doutor. Após essa regulamentação, rapidamente começaram a ser apresentadas as primeiras teses da FFCL. No ano de 1942, 18 doutoramentos foram defendidos. O regimento interno votado pela Congregação da Faculdade em 9 de dezembro de 1941 tinha 15 artigos e previa quatro tipos de títulos: doutor em filosofia, doutor em ciências, doutor em letras e doutor em pedagogia. Deveria ser mencionado ainda no diploma o curso ao qual a matéria da tese se referia, sendo que aqueles que já atuavam como assistentes poderiam

requerer o exame e a defesa em apenas um ano, depois de avaliação do Conselho Técnico Administrativo da Universidade. Atividades de formação e pesquisa como seminários. (SILVA E DANTES, 2015, p. 7)

O movimento que se segue a 1941 é ao pé da letra do decreto, os auxiliares dos professores, em geral seus tradutores, fazem suas primeiras dissertações; na Geografia, estas teses se deram para a equipe que formou a primeira geração de doutores e as duas outras cátedras. Além das que estavam ocupadas por Monbeig, as cátedras de Geografia Física e Geografia do Brasil, bem como da contratação de todos estes pensadores da primeira geração e que formaria a segunda geração de pensadores da USP. Vale lembrar a crítica de Spirandelli (2009) sobre a universidade de filosofia, mas que também se estende para o curso de História/Geografia – em especial Geografia – que, apesar do elevado número de mulheres mestras e doutoras, nenhuma chega a ser nomeada em uma cátedra, elas não têm espaço nos cargos mais altos da universidade.

Esta estrutura dura até a interrupção do trabalho da universidade durante a ditadura militar, transforma seu modelo, de um modelo europeu para um modelo estadunidense na reforma universitária em 1968. Os pensadores destas duas primeiras gerações são responsáveis por formar toda uma geração de pensadores da Geografia, suas influências reverberaram na Universidade de São Paulo, talvez, até os dias atuais.

### **Considerações finais**

A construção de uma universidade moderna que fosse o reflexo, contraditório, de um mesmo projeto, que se apresenta em dois polos enquanto oposição, ‘*a modernidade enquanto projeto político*’, ela se apresenta na construção desta nova universidade (a de São Paulo) de forma complexa, é o projeto de ‘*modernização autoritária*’ do varguismo, ao passo que é o projeto de revanchismo de uma elite que perdeu seu espaço, da elite de São Paulo, que quer modernizar-se para dominar o espaço político, ser a elite pensante do país, além de seu braço ideológico. Ao passo que este processo ocorre, temos ainda o mesmo polo como marca de uma continuidade e uma luta para manter-se de uma elite retrógrada e empobrecida, a elite agrária paulista.

Este encontro de negativos ideológicos dará origem a uma universidade que cria para si traços de moderno nacional, sendo e se pretendendo polo de pesquisa nacional, que visa a atender a uma elite local e a criar as suas bases de manutenção locais, nisto nascem seus processos seletivos e de ‘castas universitárias’, ampliando o espaço dos graduados em diversas áreas, no debate público. A classe quase aristocrática dos doutores sem doutorados (médicos, engenheiros *etc*) agora rivalizavam com formandos dos centros de pesquisa. O traço agrário se manifesta nos estudantes que migram para a universidade e no apego, quase bucólico, à elite europeia, a ponto de trazer professores (muitos de segunda linha) de toda a Europa para fundar seus cursos.

A História e a Geografia, apesar de estarem no eixo de ciências, vêm como bases acessórias à filosofia da universidade, o sistema de cátedras, ocupadas por homens europeus, cria uma estrutura universitária que visa a transpassar ainda valores da antiga oligarquia, mas que ainda combinavam com o autoritarismo da via de modernização brasileira, as hierarquias marcantes na universidade até hoje e sua clientela, transformada (ainda de forma elitista) na Universidade de São Paulo.

No curso de geografia, esta estrutura se reflete nos estudantes, por exemplo, com a exigência do francês (pois foram franceses que fundaram o curso e davam aulas nesta língua); com os processos seletivos elevados, somados ao prestígio limitado que o curso propiciava, que levaram uma classe média, altamente letrada (mas longe de ser a antiga oligarquia) ao curso. Os nomes que entraram na universidade e que obtiveram mestrado nela, nesta primeira fase, não são de classes populares, nem mesmo fazem parte das antigas oligarquias, são de uma classe média alta. Para eles, é dada a missão de levar o curso de geografia adiante e é sobre estas características que se formam as bases dos pesquisadores da geografia “uspiana”.

O caráter de formação local refletiu-se nas temáticas estudadas pelo setor de Geografia. É de sua importância termos isso em mente para tentar compreender a diferente produção acadêmica de outros centros e os de São Paulo, onde a Geografia está excessivamente preocupada em entender os seus problemas e qualidades, as grandes monografias são focadas quase que exclusivamente ao tema/problema paulista, olhar para Santos também é rotineiro nestas pesquisas, São Paulo aparece basicamente como a capital e a cidade/porto de Santos, grandes assuntos estudados pelo setor no período estudado, de 1934 à fundação, até a reforma ditatorial militar de 1968.

## Referências

CÂNDIDO, Antônio. A revolução de 1930 e a cultura. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, 4, p. 27-36, abril, 1984.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: O Poder e o sorriso*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

MELO, Pedro António de. *Autonomia universitária: reflexos nas universidades estaduais paulistas*. Dissertação (Mestrado em Política e Gestão Institucional). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 1998.

SILVA, Márcia Regina Barros da; DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. Produção de conhecimento e tradições de pesquisa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP (1934-1968). *Revista CPC*, São Paulo, n. 20, p. 159-194, dez. 2015.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

## ***THE FORMATION OF THE UNIVERSITY OF SÃO PAULO BETWEEN 1934 AND 1968 AND THE GEOGRAPHY COURSE***

### **ABSTRACT**

*The present article aims to elucidate the context of formation of the University of São Paulo in light of the political and social events of its period, in addition, it analyzes the institutionalization of geography as a discipline in the university and its objectives. It is based on the methodology of historiography using its methodology. It concludes that geography arises next to the university as a political project of authoritarian modernization directed to a small clientele of middle class with the objective of constructing a narrative for the “bairrismo” of São Paulo.*

**Keywords:** *History of geographic thought. University of Sao Paulo. Geography.*

**Envio: Novembro/2016**  
**Aceito para publicação: Janeiro/2017**